

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06
Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Semestre de 2016

Senhores Acionistas,
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.S.s. os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos**, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativos ao 2º semestre e ao exercício de 2016.

Cenário Econômico
No segundo semestre de 2016, a inflação ficou abaixo do teto da meta estabelecida pelo Banco Central e houve redução na taxa básica de juros (SELIC), porém, a inadimplência aumentou e no Produto Interno (PIB) houve nova retração. Para os próximos meses, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta a inflação convergindo para o centro da meta, a SELIC em queda e o fim da retração do PIB. O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) no segundo de 2016 acumulou alta de 1,79% e avanço de 0,29% em 12 meses. A previsão dos analistas para 2017 é de alta de 4,19%, isto é, abaixo do centro da meta.

A taxa básica de juros (SELIC), que estava em 14,25% desde julho de 2015, começou a ter cortes em outubro de 2016 e hoje está em 12,25% ao ano. A projeção para o final de 2017 é de 9% ao ano. O percentual de cheques devolvidos pela segunda vez, por insuficiência de fundos, foi de 2,36%, o maior desde 1991. Segundo informação do SPC, 58,3 milhões de brasileiros estavam inadimplentes em dezembro de 2016. Houve crescimento da inadimplência em relação a 2015, principalmente no primeiro semestre quando chegou a 59,3 milhões, mas houve uma redução da inadimplência no segundo semestre de 2016.

O Produto Interno (PIB) fechou 2016 com contração de 3,6%. A previsão para 2017, na pesquisa Focus do Banco Central, é de crescimento de 0,48%. Já, a previsão do FMI para o Brasil é de crescimento de 0,2%, enquanto a média mundial será de crescimento de 3,4%. Desta forma, a NEGRESCO CFI continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional
A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhe são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojistas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido
O resultado contábil positivo da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no segundo semestre de 2016, alcançou a importância de **R\$ 5.359 (milhões)**, com Patrimônio líquido equivalente a **R\$ 38.113 (milhões)**.

Patrimônio líquido em 30/06/2015
(+) Lucro do semestre 5.359
(-) Pagamento de juros do Capital Próprio (2.542)
38.113
(-) Distribuição de dividendos de 2016 em 17/01/2017 (3.885)
34.228

Risco Operacional
A NEGRESCO adota uma política rigorosa na administração dos riscos inerentes às suas atividades. A centralização da análise de crédito é uma das ações adotadas para obter um controle adequado desses riscos, objetivando aplicar as melhores práticas de mercado compatíveis com a natureza e a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O processo da estrutura de gerenciamento do risco operacional implementado, está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. A NEGRESCO S/A continuamente agrega esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento consiste das práticas de governança corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos sob objetivos permanentes da Administração no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional. Promover a melhoria contínua dos seus produtos, serviços, processos e procedimentos, visando à qualidade de suas atividades operacionais.

Estrutura de Gerenciamento
O gerenciamento de risco operacional é uma das atribuições e responsabilidades da Diretoria da NEGRESCO, composta por um Diretor Presidente, um Vice-Presidente e 04 (quatro) Diretores, indicados e eleitos em Assembleia Geral, para mandatos de 03 (três) anos, cujas posses nos cargos, ocorrem mediante termo lavrado e assinado em livro próprio, após homologação pelo Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento de risco operacional na NEGRESCO respeita, segue, acompanha e atende as seguintes fases:

a) Identificação
Realizada mediante o mapeamento dos riscos operacionais, bem como, dos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição;

b) Avaliação
Periódicamente os riscos operacionais são acompanhados e avaliados buscando-se conhecer a eficiência dos controles implementados com a finalidade de mitigar o risco operacional;

c) Monitoramento

Os potenciais eventos de perdas operacionais têm permanente acompanhamento, mediante utilização dos controles internos existentes, cujo manual é base para que se possa avaliar e validar o desempenho e eficácia dos controles de riscos, tanto da instituição, quanto dos serviços terceirizados.

d) Controle
E realizado mediante acompanhamento das ações implementadas visando à mitigação do risco operacional. Testes são realizados periodicamente com a finalidade de identificar se os processos e procedimentos são adequados. Assim, eventuais falhas constatadas, são objeto de propostas de melhoria dos respectivos controles;

e) Mitigação
Representa o objetivo maior da implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional e da melhoria dos controles de riscos. Assim, o desenvolvimento de mecanismos e planos de ações com essa finalidade são prioritários no controle dos riscos operacionais identificados. A auditoria interna da NEGRESCO tem papel importante na estrutura de gerenciamento de risco, atuando em revisões regulares e sistemáticas, sempre buscando identificar os acertos e eventuais desvios nos controles implementados. A NEGRESCO vem trabalhando efetivamente no aperfeiçoamento da sua estrutura de risco operacional devido à sua importância para a qualidade do seu sistema de controles internos e no desenvolvimento de suas atividades operacionais.

Considerações Finais
Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, e, em compromisso da Administração, assegurar que as operações da NEGRESCO S/A sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Neste horizonte, o planejamento, implantação, implementação e manutenção dos controles internos determinados como necessários, são ferramentas que visam garantir e resguardar as operações, processos e atividades da empresa e, consequentemente, uma gestão ética e transparente, bem como a elaboração de Demonstrações Financeiras que refletem com fidelidade e clareza a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, as quais são elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 15 de março de 2017.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponibilidades	4	322	761	4.252
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.252	8.354	4.252
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	158.238	140.809	198.256
Operações de crédito:				
Setor privado		198.256	182.791	(40.018)
Provisão para perdas em operações de crédito		(40.018)	(41.982)	7.509
Outros créditos	6	7.509	6.426	1.48
Impostos e contribuições a compensar		1.48	247	5.976
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		5.976	5.427	1.385
Diversos		1.385	752	47
Outros valores e bens		47	18	20.031
Despesas antecipadas		18	18	4.262
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Operações de crédito:	5	20.031	18.757	4.336
Setor privado		20.031	18.757	(74)
Provisão para perdas em operações de crédito		(74)	(153)	15.769
Outros créditos	6	15.769	14.782	2.474
Impostos e contribuições a compensar		2.474	2.413	12.805
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		12.805	12.073	490
Diversos		490	296	883
FINANCIANTE				
Imobilizado	7	541	1.193	1.914
Outras imobilizações em uso		1.914	1.885	(1.373)
Depreciações acumuladas		(1.373)	(1.152)	342
Intangível	8	342	456	2.933
Outros ativos intangíveis		2.933	2.932	(2.591)
Amortizações acumuladas		(2.591)	(2.466)	191.282
TOTAL DO ATIVO		191.282	176.324	
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Depósitos	9	48.927	29.159	10.510
Depósito a prazo		10.510	12.237	10.510
Recursos de acetes e emissão de títulos	9	31.746	9.748	31.746
Recursos de acetes cambiais		31.746	9.748	6.671
Outras obrigações		6.671	7.174	155
Coatrança e arrecadação de tributos e assemelhados		155	143	129
Sociais e estatutárias		129	1.103	1.386
Fiscais e previdenciárias	10	1.386	940	5.001
Diversas	11	5.001	4.988	104.242
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos	9	6.999	9.040	6.999
Depósito a prazo		6.999	9.040	64.890
Recursos de acetes e emissão de títulos	9	64.890	71.245	64.890
Recursos de acetes cambiais		64.890	71.245	32.353
Outras obrigações		32.353	30.006	32.353
Provisão para riscos cíveis e fiscais	12	32.353	30.006	38.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	38.113	36.874	32.675
Capital de domiciliados no País		32.675	32.675	1.553
Reserva legal		1.553	1.215	3.885
Reserva especial de lucro		3.885	2.984	191.282
TOTAL DO PASSIVO		191.282	176.324	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	2º semestre 2016		Exercício findos em 2016	
	2016	31 de dezembro 2015	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício	5.359	6.765	6.510	6.510
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(779)	(1.281)	(2.348)	(3.990)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.990	4.846	4.233	3.990
Depreciações e amortizações	1.900	382	3.735	28.576
Provisão para devedores duvidosos	28.576	57.649	58.724	129
Apropriação da despesa antecipada	129	162	57	1.212
Provisão para riscos fiscais	1.212	2.399	2.236	375
Provisão para riscos cíveis	375	1.001	1.001	(167)
Imposto de renda e contribuição social compensados	-	-	-	-
Redução (aumento) nos ativos e passivos:				
Redução (aumento) nas operações de crédito	(46.136)	(75.365)	(39.835)	(696)
Redução (aumento) em outros créditos	(696)	(641)	880	1.191
Redução (aumento) em despesas antecipadas	13.746	(1.191)	-	(3.768)
Aumento (redução) em depósitos	(3.768)	(19.299)	14.868	14.868
Aumento (redução) em recursos de acetes cambiais	11.486	15.643	46.189	(3)
Aumento (redução) em cobrança e arrecadações de tributos	(3)	12	45	502
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	502	160	270	(416)
Aumento (redução) em obrigações por cessões de créditos	(416)	(911)	(2.696)	(3.190)
Aumento (redução) em credores diversos	(3.190)	(4.707)	(6.545)	1.267
IR e CS pagos nos meses	1.267	2.154	14.838	(53)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.267	2.154	14.838	(53)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições e Baixas ao ativo permanente	(53)	(66)	(898)	(53)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(53)	(66)	(898)	(53)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos	(2.542)	(4.087)	(12.947)	(2.542)
Pagamento de juros sobre o Capital Próprio	(2.542)	(2.542)	(2.697)	(2.542)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(2.542)	(6.629)	(15.644)	(1.328)
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.328)	(4.541)	(804)	5.902
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5.902	9.115	10.219	4.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4.574	4.574	9.115	4.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reserva de lucros		Lucro (prejuízo) acumulados		Total
	Capital realizado	Reserva especial de lucros	Reserva especial de lucros	Reserva especial de lucros	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	32.675	889	6.814	6.510	40.378
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.510	6.510
Destinação do resultado:					
Constituição de Reserva Legal	-	326	(326)	-	-
Distribuição de dividendos	14.c	-	(6.814)	(1.103)	(7.917)
Constituição de Reserva Especial de Lucros	14.c	-	2.984	(2.984)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c	-	-	(2.097)	(2.097)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	32.675	1.215	2.984	36.974	36.974
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.765	6.765
Destinação do resultado:					
Constituição de Reserva Legal	14.b	338	(2.984)	(338)	-
Distribuição de dividendos	14.c	-	(3.885)	(2.984)	(6.869)
Constituição de reserva especial de lucros	14.c	-	3.885	(3.885)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c	-	-	(2.542)	(2.542)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	32.675	1.553	3.885	38.113	38.113
Mutações do exercício	-	338	901	1.239	2.478
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	32.675	1.285	1.336	35.296	35.296
Lucro líquido do semestre	-	-	-	5.359	5.359
Constituição de Reserva Legal	-	268	(268)	-	-
Distribuição de dividendos	14.c	-	(3.885)	(3.885)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.c	-	3.885	(3.885)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c	-	-	(2.542)	(2.542)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	32.675	1.553	3.885	38.113	38.113
Mutações do semestre	-	268	3.885	(1.336)	2.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	2º semestre 2016		Exercício 2016		Exercício 2015
	2016	2016	2016	2015	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de crédito	5	71.716	134.488	127.832	127.832
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	365	1.060	2.195	2.195
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de captação no mercado	9	(8.674)	(16.840)	(17.232)	(17.232)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(28.576)	(57.649)	(58.724)	(58.724)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Receta de prestação de serviços	15	2.438	4.720	4.767	4.767
Despesas de pessoal		(868)	(1.656)	(1.570)	(1.570)
Outras despesas administrativas	16	(23.794)	(44.221)	(40.221)	(40.221)
Despesas tributárias	17	(3.123)	(5.830)	(5.830)	(5.830)
Outras receitas operacionais		252	422	362	362
Outras despesas operacionais	18	(2.066)	(4.164)	(3.493)	(3.493)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO					
Imposto de renda e contribuição social	19	(7.670)	(10.330)	(8.395)	(8.395)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(3.090)	(4.846)	(4.233)	(4.233)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		779	1.281	2.348	2.348
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		5.359	6.765	6.510	6.510
Quantidade de ações no fim do semestre		32.675,000	32.675,000	32.675,000	32.675,000
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do semestre		164,01	207,04	199,23	199,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Negresco S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 05 de julho de 2001, estando autorizada a operar com as atividades de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamento de créditos diretos ao consumidor (CDC) para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis 11.638/07, 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (CONSI) e de outros regulamentos dessa instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN

nº 3.750/09;
d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
g) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologados pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN;
i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016 - Resolução nº 4.424/2015.

Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apreciação do resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidendo sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e passivos circulantes e a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais aufer

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) Títulos e valores mobiliários
2) Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificadas na seguinte categoria:
3) Títulos disponíveis para venda: são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado, e avaliados a valores de mercado, quando aplicável, em contrapartida à depreciação contábil do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários.
4) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito
5) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pro-rata dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/98 CMN, que requalifica a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.
6) As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas físicas e jurídicas, características estas da Carteira Comercial.
7) Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/98 e nº 2.697/00 do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.
8) Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Table with columns: Nível, Intervalo de atraso, Percentual de provisão. Rows A through H showing increasing levels of delinquency and corresponding provision percentages.

9) As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.
10) As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.
11) As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
12) Despesas antecipadas
13) Correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.
14) Ativo imobilizado
15) Equivalam aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financiera.
16) É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes regras para o caso de bens:
17) O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

18) Impairment
19) O impairment é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O impairment não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.
20) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)
21) É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.
22) A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.
23) Dívidas e captações no mercado aberto
24) São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.
25) Recusos de aceites e emissão de títulos
26) São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.
27) Outros ativos e passivos
28) Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).
29) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

30) Impostos correntes
31) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incidentes fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável até agosto de 2015 e de 20% do lucro tributável a partir de setembro de 2015.
32) Impostos diferidos
33) Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
34) A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
35) Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contido desses ativos e passivos.
36) Ativos e passivos contingentes
37) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
38) Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
39) Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
40) Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis trabalhistas e causas trabalhistas e previdenciárias são avaliadas pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas;
41) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas cujas ações estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições;
42) Depósitos judiciais - são montados em conta de ativo e não são deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
43) Estimativas contábeis
44) A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgadas sobre contingências passivas, receitas e

despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
5) O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.
6) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Table showing Cash and Equivalents for 2016 and 2015. Includes sub-rows for Disponibilidade, Aplicações interfinanceiras, and Provisão para perdas em operações de crédito.

7) Operações de Crédito
8) Empréstimos
9) Financiamentos
10) Provisão para perdas em operações de crédito
11) Operações de crédito - circulante
12) Provisão para perdas em operações de crédito - não circulante
13) Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

Table showing Credit Portfolio by Economic Activity for 2016 and 2015. Includes rows for Setor privado, Pessoa física, and Parcelas vencidas.

14) Descrição
15) Saldo do início do período
16) Constituição
17) Baixa para Prejuízo
18) Saldo final do período
19) Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.
20) O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2016 estão segregados de acordo com os normas vigentes e assim representados:
21) Posição em 31 de dezembro de 2016:

Table showing Credit Portfolio Position as of Dec 31, 2016. Includes columns for Nível de Risco, Situação, % de Provisão, Capital de Giro, CDC, Total, Valor da Provisão.

22) Posição em 31 de dezembro de 2015:
23) Nível de Risco
24) Situação
25) % de Provisão
26) Capital de Giro
27) CDC
28) Total
29) Valor da Provisão
30) Outros (a)
31) Circulante
32) Não circulante
33) Referem-se basicamente a: (i) IRPJ e CSLL que incidiram sobre a SELIC aplicada aos créditos de PIS e de COFINS, decorrentes da inconstitucional exigência do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98, cuja decisão favorável foi proferida nos autos nº 2008.70.0014267-PR, no montante de R\$ 1.558.958,95 (1,558 milhão e 958 mil e 958 reais) em 31 de dezembro de 2015; (ii) Saldo negativo de IRPJ/DO no montante de R\$ 548.754,95 (548 mil e 754 reais) em 31 de dezembro de 2015; e (iii) Saldo negativo de IRPJ/CSLL do auto-calen-Pagamento.
34) A Negresco registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura elaborado para o segundo semestre de 2016. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões de clientes inadimplentes e provisões para riscos fiscais e cíveis, conforme apresentado abaixo:

Table showing Tax and Social Contribution Assets and Liabilities for 2016 and 2015. Includes rows for Provisão para perdas em operações de crédito, Provisão para riscos fiscais, and Outros.

e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. A Financiera efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2016, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:
Diferença temporária
2016
2015
2017
2018
2019
2020
2021
2022a 2026

O valor presente do crédito tributário é de R\$ 11.878, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 16,80% ao ano para os períodos correspondentes.
Referem-se basicamente às cobranças efetuadas por bancos e lojistas cujos valores são creditados no 1º dia útil de janeiro.
7. IMOBILIZADO DE USO

Table showing Immobilized Assets for 2016 and 2015. Includes rows for Móveis e equipamentos de uso, Equipamentos de comunicação, and Depósitos a prazo.

8. INTANGÍVEL
9. APTAÇÃO DE DEPOSITOS A PRAZO (DPGE) E RECURSOS DE ACETES CAMBIÁIS
a) Composição por vencimento dos depósitos e acetes cambiais

Table showing Term Deposits and Foreign Exchange Assets for 2016 and 2015. Includes rows for Até 3 meses, De 4 a 12 meses, and Acima de 12 meses.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS
12. Valores financeiros a reparar aos lojistas
13. Valores a pagar a prestadores de serviços
14. Arrendamento mercantil a pagar
15. Outros
16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS
17. A Financiera é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e fiscais foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 31 de dezembro de 2016 foram constituídos em montante reconhecido suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e obrigações legais.
18. Saldos patrimoniais dos passivos contingentes e obrigações legais por natureza
19. Contingência cível
20. Contingência fiscal (e)
21. Total
22) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

Table showing Other Obligations and Contingencies for 2016 and 2015. Includes rows for Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014, Adições, Reversão, Pagamento, and Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015.

23) A Financiera é parte em 69 processos cíveis (44 em 2015) classificados como risco possível de perda e em 15 processos cíveis e administrativos classificados como risco possível de perda. O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financiera. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Não há processos fiscais e trabalhistas classificados como perda possível.
24) Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.
25) Passivo contingente
26) A Financiera responde conjunta e solidariamente a 23 processos trabalhistas (41 em 2015), cuja origem é a responsabilidade contratual e da Constituição de Obrigações Fiscais e Trabalhistas.
27) O Processo Judicial - Base de cálculo PIS e COFINS
28) A Financiera impetrou mandado de segurança para que fosse declarada legal e inconstitucional a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS pela Lei nº 9.718/98 (art. 1º, §3º), em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos

